

Diálogo crítico com Raymundo Faoro acerca da leitura de Machado de Assis sobre o Segundo Reinado
Apontamentos sobre a limitação da sua percepção a respeito do “público” entre nós

Walace Ferreira*

RESUMO: Este artigo consiste num diálogo crítico acerca do livro *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*, em que procuro traçar uma relação entre o pensamento de Faoro com outras importantes análises da realidade social e política brasileira, destacando a relevância de Faoro nesse debate, mas procurando mostrar como a sua posição é limitada no que tange a análise completa das explicações dos dramas enfrentados pelo Brasil à época do Segundo Reinado. Tendo em vista a complexa relação entre o “público” e o “privado” que marcam a sociedade brasileira, concluo que a dimensão do “público” sempre possuiu grande importância entre nós ao contrário do que destacou Faoro, a despeito da enorme relevância da sua obra para o diálogo acerca da interpretação do Brasil.

Palavras-chave: *Raymundo Faoro; Machado de Assis; Segundo Reinado; Público; Privado.*

ABSTRACT: This paper is a critical dialogue about the book *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*, which seek to draw a relationship between the Faoro's thought in relationship to other important analysis of social and political reality in Brazil, highlighting the relevance of this Faoro's debate and show how your limited position when it comes to thorough explanations which Brazil passed along the Second Empire. This paper is about the complex relationship between "public" and "private" - and is a problem that marks the Brazilian society, I conclude that the size of the "public" always had great importance among us rather than Faoro said, in spite of the relevance of his work for dialogue about the interpretation of Brazil.

Keywords: *Raymundo Faoro; Machado de Assis; Second Empire; Public; Private.*

INTRODUÇÃO

Somos filhos da difícil relação entre público e privado, duas matrizes de complicada convivência, e que marcam destacadamente o Pensamento Social e Político Brasileiro. O objetivo deste artigo consiste num diálogo crítico acerca do livro *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*, em que procuro traçar uma relação entre o pensamento de Faoro com outras importantes análises da realidade social e política brasileira, destacando a relevância de Faoro nesse debate, mas procurando mostrar como a sua posição é limitada no que tange a análise completa das explicações dos dramas enfrentados pelo Brasil à época do Segundo Reinado.

* Professor Substituto no Dpto. de Sociologia do Colégio Pedro II (Tijuca II); Doutorando em Sociologia no IESP/UERJ. E-mail: walaceuerj@yahoo.com.br

Nesse sentido, ao passo que renomados autores como José Bonifácio, Visconde do Uruguai, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral defendiam a importância da dimensão do “público” entre nós, Faoro se encaixa em outra linha, que, junto de pensadores de expressão como Frei Caneca e Tavares Bastos, por exemplo, veem no “público” a explicação para as mazelas brasileiras.

Naqueles autores que privilegiam o “público” como característica positiva, o entendimento da sociedade brasileira passa por uma abrangente análise de sociologia política, escapando de uma análise tão-somente da dimensão institucional. Já para os autores que estruturam suas análises através das instituições, conformando uma visão negativa do público, o caminho a ser seguido deveria ser o rompimento com os traços supostamente deixados pelo iberismo. Só assim a sociedade poderia se libertar do fardo do Estado, fazendo com que o mundo dos interesses pudesse organizar-se livremente. Temos, portanto, a relação entre o “público” e o “privado”, que será tratado daqui em diante nos principais pontos que articulam a obra de Faoro com a literatura crítica acerca do Segundo Reinado.

Se em 1958 Raymundo Faoro lançava a primeira edição de *Os Donos do Poder*, passou-se vários anos até que, em 1974, saiu a publicação de *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*, de maneira que logo depois, em 1975, publicava-se a segunda edição de *Os Donos do Poder*. Esta segunda edição sofreu enorme expansão, apesar de os argumentos centrais terem sido mantidos; e se em *A Pirâmide e o Trapézio* aparece o recorte analítico da teoria faoriana para se analisar especificamente o período do Segundo Reinado (1840-1889), em *Os Donos do Poder* a pretensão analítica abarcava período bem mais abrangente e geral: de D. João I, mestre de Aviz, a Getúlio Vargas.

Posto isto, devemos dizer que *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio* é uma obra complexa surgida, portanto, do interesse de Faoro em desvendar a estrutura da sociedade brasileira do Segundo Reinado, sendo esta estrutura representada pela metáfora “pirâmide”, enquanto a metáfora “trapézio” representaria as ideias e a leitura social realizada por Machado de Assis. A complexidade, nesse sentido, aparece na ambiciosa tentativa do autor em interpretar a vida brasileira à luz da interpretação crítica do gênio do realismo

literário. Com isso, Faoro constrói abrangente análise da obra machadiana, mostrando-nos como este escritor apresentou os bastidores de uma sociedade marcada pela mudança, cuja marca mais nítida era a ascensão de uma classe capitalista para a qual o lucro crescia como o bem mais almejado, passando a conviver lado a lado com a velha e tradicional sociedade de estamentos.

“Meio século, os últimos cinqüenta anos do século XIX, se estende, em colorida tela, numa vasta obra poética” (Faoro, 2001, p. 13). Com esta bonita frase, Faoro anuncia tratar-se de um período de longas raízes históricas e que é reproduzido por Machado em suas obras de acordo com o seu olhar. É um período marcado pelo encontro de dois mundos, um que se despede e outro que chega, e desse encontro resulta a complexidade de um tempo fundamental para se entender a sociedade brasileira de hoje, em que a vida pública e a privada ainda tecem relevante conflito nos mais variados exemplos observáveis.

Devemos notar que ao longo da narrativa de Faoro, vai-se clarificando um Machado de Assis preocupado com a esfera dos indivíduos, manifesta nas vidas particulares dos agentes que dão vida à sociedade tal como ela se organizava. A literatura, nesse caso, trabalha com as questões singulares, ao passo que a ciência social que preenche o olhar de Faoro o leva a enxergar a sociedade de forma macro, pensando os indivíduos como parte de uma estrutura ampla. É nesse sentido, portanto, que Faoro procura estabelecer uma abrangente análise da vida política e econômica do Segundo Reinado com os olhos direcionados em personagens e situações machadianas.

1. A influência de os *Donos do Poder* no entendimento da obra sobre Machado de Assis

Antes de avançarmos no pensamento de Faoro em *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*, sinto necessário o regate de alguns pontos a respeito de *Os Donos do Poder*, que nos permitirá contextualizar e melhor entender a relevância do pensamento social e político assinado pelas interpretações de Faoro. Nesta primeira obra de impacto, ocorre uma explicação sobre as mazelas do Estado e da nação brasileira sob o ponto de vista de uma estrutura de poder patrimonialista estamental plasmada historicamente pelo Estado português, posteriormente congelada, transplantada para a colônia americana,

reforçada pela transmigração da Corte lusa no início do século XIX e transformada em padrão a partir do qual se organizaram a Independência, o Império e a República no Brasil (Campante, 2003).

Como diz o próprio Rubens Goyatá Campante, trata-se de uma imutabilidade histórica, constituída por arranjos intimamente relacionados nos campos econômico e sociopolítico.

[Do lado econômico] prevalece o capitalismo politicamente orientado. O Estado não assume o papel de fiador e mantenedor de uma ordem jurídica impessoal e universal que possibilite aos agentes econômicos a *calculabilidade* (termo caro a Weber, amplamente usado por Faoro) de suas ações e o livre desenvolvimento de suas potencialidades; ao contrário, intervém, planeja e dirige o mais que pode a economia, tendo em vista os interesses particulares do grupo que o controla, o estamento. Não há “regras do jogo” estáveis na economia, pois elas atendem ao subjetivismo de quem detém o poder político. Esse tipo de capitalismo adota do moderno capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, sem lhe aceitar, todavia, a “alma” – a racionalidade impessoal e legal- universal. Um arranjo tradicional, mas maleável em face da modernidade capitalista, a qual aceita seletivamente, mas sem vender a alma – conformada à racionalidade personalista e casuística. O capitalismo não brota espontaneamente na sociedade, mas vicia-se no estímulo e na tutela estatal: tire-se do capitalismo brasileiro o Estado e pouco ou nada sobrará, adverte Faoro. (Campante, 2003, p.153).

Já no campo sociopolítico:

Faoro pontua que a sociedade não se organiza, senão subsidiariamente, em classes. A clivagem primordial dá-se entre estamento burocrático e o restante da sociedade, incluindo neste “resto” as camadas proprietárias ou não. Ao contrário da classe social, definida pela agregação de interesses econômicos, determinados, em última instância, pelo mercado, o estamento é uma camada não econômica. Para pertencer a ele, os requisitos são basicamente sociais e políticos, embora, admitam Faoro e Weber, aconteça freqüentemente uma coincidência ou superposição de *status* econômico e social. (Campante, 2003, p.154).

Nesta obra, salienta Schwartzman (2003), Faoro colocou em xeque a interpretação marxista da realidade brasileira manifestada nos trabalhos de estudiosos da USP dos anos 1950 e dos trabalhos de Caio Prado Júnior, optando por Weber na inspiração conceitual para a sua interpretação do Brasil. Faoro foi um dos primeiros a trazer Weber para essa missão, contudo, antes

dele, Sérgio Buarque de Holanda havia feito uso do conceito de “patrimonialismo” em *Raízes do Brasil*, lançado inicialmente em 1936, para caracterizar o que chamou de “homem cordial”, o tipo de brasileiro que na vida pública não agia de modo a distinguir o interesse privado do interesse coletivo. Contudo, podemos pensar Faoro como o primeiro a trazer Weber para um entendimento sistemático do Brasil, além dele ter deixado uma influência de enorme significância.

Voltando a Faoro, ele teria, segundo leitura de Schwartzman (2003), negado a ideia de que o Brasil teria tido um passado feudal, ou semifeudal, com o predomínio do campo sobre as cidades. Ao contrário, entendia ter predominado o poder central sobre a força local. Apesar de reconhecer que as grandes distâncias, o isolamento das propriedades rurais, os recursos produzidos pela posse da terra e pelas *plantations* de açúcar, teriam possibilitado um certo poder local, estes elementos eram tão-somente decorrentes do isolamento geográfico, da extensão da costa, capazes de gerar núcleos de autoridade social, sem que a administração real permitisse a consolidação da autonomia política.

Os argumentos centrais de *Os Donos do Poder* seguem na obra Machado de Assis: *A Pirâmide e o Trapézio*, e por isso os destaquei acima. Segundo Bosi (2004), na pirâmide, aparece desenhada a estrutura vertical das classes, de maneira que a base larga reporta-se aos homens do trabalho braçal, ou seja, os escravos, os forros, os pobres em geral, brancos ou mestiços. Já o vértice é constituído pela reduzida classe dos proprietários, os fazendeiros, os seus comissários e os banqueiros. O comerciante aparece na parte intermediária da pirâmide e gradua-se na proporção dos seus cabedais. Como conclui, a pirâmide, no argumento faoriano, tem a ver diretamente com a produção e o negócio. Os seus elementos móveis serão a acumulação, o lucro ou o consumo alto, no vértice; enquanto a base terá prioritariamente o escravo, secundariamente o trabalhador assalariado.

Já o trapézio diria respeito à estrutura horizontal dos estamentos. Desse modo, superpondo-se à economia agro-exportadora, servindo-a, ou dela se servindo, por via dos excedentes tributários, estadeiam-se os estratos burocráticos, os magistrados, os funcionários imperiais e provinciais, o clero, o exército. Aqui, sublinha Bosi (2004), temos o universo das hierarquias

assentado em cargos, títulos, prebendas, patentes, tratando-se das redes de influência que formam o círculo de poder e que dependem da Câmara, do Senado Vitalício e do poder pessoal do Imperador. Nesse sentido:

Como em *Os donos do poder*, Machado de Assis: *a pirâmide e o trapézio* percorre miudamente esse universo onde o *status* é a suprema ambição, pois traz a reputação, a nomeada, de que tantas personagens terão sede a vida inteira, começando por Brás Cubas. (Bosi, 2004, p. 363).

2. A relação entre *classe* e *estamento* na interpretação faoriana e a sua possível crítica

O primeiro elemento o qual Faoro chama a atenção na literatura machadiana é a forte presença, de um lado, de barões, conselheiros, comendadores e patentes da Guarda Nacional; e de outro, banqueiros, capitalistas, fazendeiros e comerciantes. Apesar de, a princípio, parecer que todos (*classe* e *estamento*) estão no ápice da pirâmide, existem elementos que os separam, não raro havendo o entrecruzamento e a confusão entre eles, na interpretação de Faoro quem manda no Segundo Reinado é o *estamento* político e burocrático.

A primeira parte de *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio* dedica-se a mostrar uma marcada sociedade de classes em expansão, o que podia ser notada especialmente nas figuras dos prósperos comerciantes, nos capitalistas donos de rendas, nos senhores de terras e de escravos, de maneira que o dinheiro se revelava a chave e o deus desse mundo, caracterizando as pessoas e dando-lhes valor. Sua expansão ia mudando o perfil social brasileiro, substituindo gradualmente a velha sociedade de *estamentos* pela sociedade de classes, mas o ponto central indicado pelo argumento é que esta última não domina o campo social e nem governa. O *estamento*, com opulência e apego à tradição, ainda tinha grande relevância, o que levava, por exemplo, muitos homens da burguesia a afidalgar-se, de modo a enfim alcançarem o respeito e a estima desejados a partir de títulos e insígnias da nobreza.

(...) fenômeno da sociedade do tempo, mesclada de classes e *estamentos*: o trânsito da situação de homem rico para a de fidalgo. Embora o dinheiro não seja, em si, qualificação para o ingresso no luzido mundo do *estamento*, pode ele, ao tempo

que proporciona certo estilo de vida, modelo de educação e prestígio social, conduzir à outra camada. (Faoro, 2001, p. 17).

Sob a sombra desta sociedade, a burguesia cresceu a ponto de tornar-se uma aristocracia, no entanto sem raízes e sem tradições. Foi uma burguesia mascarada de nobreza, incerta de suas posses, indefinida em seu estilo de vida, reflexo da necessidade diante de uma sociedade hierarquizada – que respeita essa hierarquia, mas permite o mobilismo. Por outro lado, ao estamento cabia comandar e governar as relações sociais e políticas, dando vazão ao eixo por onde se estruturava a centralização vigente no Segundo Reinado a partir da figura de D. Pedro II. Como um todo, nessa sociedade, as posições não têm dono, havendo os que sobem e os que descem numa sociedade estilizada, mas fluida em sua contextura. Como diz Faoro, “*o único lugar intangível é a de imperador*” (p. 20). O Imperador, onipresente na sociedade, é quem nas obras machadianas, dá a nota e o tom da época, sendo o símbolo da pirâmide e de suas camadas. Estar perto ou longe da Coroa acabava definindo o prestígio de cada um.

Com essa relação entre classe e estamento, e recuperando relevantes narrações urbanas de Machado de Assis, Faoro ataca o secular argumento de que o Brasil seria, no século XIX, a “aristocracia rural” dona, primeiro, do açúcar, e depois, do café, ou seja, de que o país estaria estruturado em torno dos principais produtos agrícolas que sustentavam a economia; e ainda, que a relação entre o senhor de terras e escravos formariam os pólos dinâmicos da sociedade da época (Faoro, 2001).

O argumento criticado por Faoro é de que as cidades refletiriam um apêndice da riqueza rural, empórios de mercadorias, fornecedoras de produtos importados, centros de tráfico de escravos; e que somente a industrialização - cujos primeiros passos seriam ensaiados com a Tarifa Alves Branco (1843), depois teria se expandido ao fim do Império e começo da República, coincidindo com o encilhamento, consolidando-se com a 1ª Grande Guerra e triunfado apenas em 1930 – teria modificado o quadro binômio senhor-escravo, fixado na terra e na agricultura.

Essa posição de Faoro vai de confronto a posição defendida por Oliveira Vianna, para quem o Brasil à época era marcada, sim, por forte ruralização. Para Vianna (2005), o peso específico da massa social do país é dado pelo

homem do campo, pelo cultivador de cana, de café, de cereais, cujo representante típico seria o matuto do centro-sul. Os tipos urbanos, apesar do brilho que pudessem ostentar, não passam de reflexos ou variantes do meio rural a que pertencem, sendo variantes do sertanejo, do gaúcho e do matuto. Além disso, Oliveira Vianna defendia que o grande centro de gravitação da política nacional, depois da Independência, se fixou justamente dentro da zona do tipo matuto, o que teria contribuído para que tivessem sido os homens saídos dos chapadões do centro-sul aqueles que, após 1822, carregaram as maiores responsabilidades na organização e na direção da nacionalidade, principalmente nos dois Impérios.

Faoro também vai contra a tradicional interpretação de Gilberto Freyre (1981), para quem a construção das relações sociais no Brasil desde a colônia passou necessariamente pela relação entre o senhor e o escravo, casa-grande e senzala, no contexto rural que marca a sociedade desde a colônia até pelo menos o fim do século XIX. Para Freyre seria uma sociedade constituída por marcada relação entre brancos senhores e negros escravos, que se polarizam no feixe da estrutura social brasileira, sem a qual não se entenderia o sistema político, social e econômico do Brasil.

A defesa de Faoro, nesse debate, é que ao lado da “nobreza rural”, desde a primeira formação brasileira, nasceu e cresceu uma outra classe, de comerciantes e donos de capitais. Foi uma classe especuladora que se expandiu em correlação com a classe proprietária, vinculada ao mercado, herdeira dos capitalistas portugueses, responsáveis pelos fornecimentos de escravos, equipamentos e capitais para instituir os estabelecimentos rurais e adquirir-lhes os produtos. Ao falar dos escravos, e eles freqüentam com boa recorrência a obra machadiana, retrata-se o tipo urbano. Portanto, abandonando a posição do Segundo Reinado como sociedade polar entre senhor rural e escravo, Machado de Assis traz para a análise de Faoro a sociedade urbana (Faoro, 2001).

3. A política no Segundo Reinado – Faoro e os conservadores Pimenta Bueno e Visconde do Uruguai

O perfil político do Segundo Reinado identificado por Faoro vincula-se fortemente ao poder pessoal do Imperador, atestado pelo Poder Moderador da

Constituição de 1824. Assim, o Imperador fazia os ministérios ao seu arbítrio, sem respeito à maioria parlamentar. “(...) *empolgado pelo seu papel dominante na sociedade, o chefe do Estado reina, governa e administra, manobra e decide*” (Faoro, 2001, p. 70). Dessa maneira, na leitura faoriana, o imperador não seria apenas o mito e o monumento decorativo. Ele sabe que sob o poder pessoal existe uma oligarquia, embora controlada e regida com rédeas curtas.

A Constituição reduz-se a uma promessa e a um painel decorativo. As leis, os regulamentos, as convenções, só elas a realizariam ou a frustrariam. Esses atos, de competência do parlamento do imperador e sua administração, traduzem, em última instância, a vontade do grupo que manipula as majorias. O grupo é conhecido: o ministério faz a eleição, que faz a maioria; o ministério é obra, por sua vez, do monarca. (Faoro, 2001, p. 75).

Chama atenção, nesse contexto, a ausência de participação popular na atividade partidária e a disputa pelo poder entre as elites enquadradas num sistema de consenso artificial. Com isso, o jogo que se trava nessa arena política não tem feição democrática, havendo uma aparência que os partidos se esforçavam em manter, sem o conteúdo que deslocaria o poder de decisão para o eleitor. É nesse sentido que Faoro concorda, por exemplo, com Justiniano da Rocha, para quem:

Na sociedade organizada pela reação a influência da localidade desapareceu; tudo partiu do governo, tudo ao governo se ligou, o governo foi tudo e tanto que hoje não há brasileiro que mil vezes por dia não manifeste convicção de que a sociedade está inerte, e morta, de que só o governo vive. (Da Rocha, 1954, p. 282).

O povo, portanto, não dispunha de meios para validar ou repelir a tomada de poder dos grupos dominantes, amparados sob os partidos. Basta olhar para o recenseamento do Império, que indicava que 70% dos brasileiros à época não sabiam ler. E os 30% restantes, que formariam a opinião pública não eram exatamente os 30% do eleitorado, infinitamente menor, uma vez que destes 30% ainda se excluíam os que não tinham renda líquida anual de 100\$000 (cem mil réis) por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos, além dos menores de 25 anos, dos filhos-famílias, das mulheres, criados de servir e

religiosos. As eleições obedeciam, no seu preparo e resultado, ao mecanismo centralizador, de forma que as forças locais estavam presas aos gabinetes, pela via da Guarda Nacional e da violência. As urnas, comprometidas com o status quo, não faziam as instituições, estando a soberania popular, portanto, longe desta realidade.

Quanto à presença dos partidos, estes aparecem fortemente nas obras de Machado de Assis, de modo que Faoro interpreta não haver barreiras intransponíveis entre um partido e outro, entre conservadores e liberais (saquaremas e luzias), o que ficava claro na prática do governo, comprometendo-os nas nomeações, favores e afagos na corte. A distância entre eles aparece, por outro lado, nas suas aspirações originais. Os liberais, contestando a legitimidade do regime da Constituição outorgada, exigiam a Assembléia Constituinte. Por sua vez, os conservadores estavam de acordo com a doutrina do Poder Moderador e o dogma de que o rei reina, governa e administra dentro do vigente quadro centralizador. Serve às suas teses Pimenta Bueno, com o livro *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* e Visconde do Uruguai com *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Veremos rapidamente cada um dos casos.

Ao comentar a Constituição de 1824, Pimenta Bueno (1978), considerado um dos estadistas do Império, preocupa-se com a construção da ordem. Em *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império* interpreta a Carta, extraindo adequadas diretrizes de suas disposições e oferecendo uma visão sistemática, capaz de esclarecer o espírito dos políticos, dos juizes e do homem comum. Salaria o Professor Miguel Reale que, na exegese da Carta Constitucional do Império, Pimenta Bueno tinha a consciência das lacunas e deficiências da Constituição despoticamente outorgada por Dom Pedro I, mas convencido da impossibilidade ou da inconveniência conjuntural de substituí-la, ao invés de inutilmente deblaterar contra ela, preferiu interpretá-la, oferecendo uma visão sistemática a seu respeito (<<http://www.flc.org.br/personalidades/texto006.pdf>>).

Já Visconde do Uruguai tem no *Ensaio sobre o Direito Administrativo* (2002), que é publicado primeiramente em 1862, um contexto um pouco diferente daquele enfrentado por Pimenta Bueno. Na década de 1860, o sistema político imperial estabilizara-se, baseado tanto nas medidas do

Regresso quanto na consolidação de uma série de práticas extra-legais que complementavam e davam vida às leis da centralização. Em sua obra, o autor aponta para o que julgava ser a necessidade essencial de três elementos. O primeiro seria o Rei, representando a nação; o segundo o Conselho de Estado, fiscalizando o Ministério e julgando os conflitos entre este e os outros representantes da nação – a Assembléia Geral; e, por fim, a necessidade de que o governo se conformasse com a opinião dominante, cujos representantes eram o Imperador e a Assembléia (Filho; Horbach, 2006).

4. A limitação do argumento faoriano – necessidade da consideração do exclusivismo agrário, da dominação pessoal e da escravidão

Apesar de tratar das modificações da paisagem pela qual passa a sociedade brasileira no Segundo Reinado, o foco analítico de Faoro são as instituições e o Estado, entendendo que a prevalência do elemento tradicional representado pelo estamento político e burocrático é o fator responsável pelo atraso entre nós. Neste artigo, entendo que o argumento de Faoro é limitado, uma vez que, na sua tendência argumentativa, o exclusivismo agrário, a dominação pessoal e a escravidão acabam ficando em posição subalternizada no tocante à explicação das nossas mazelas.

Segundo essa ideia, tem-se a impressão de que a sociedade brasileira teria um destino de maior brilho caso não tivesse padecido com o peso do Estado sobre a vida econômica e social. Argumento semelhante encontramos em Tavares Bastos, que em *A Província* (1975), defendia a descentralização administrativa do país. Assim, criticava a burocracia excessiva que emperraria a máquina administrativa, haja vista que nela residia a necessidade do poder centralizado em criar mecanismos rigidamente hierarquizados e extensos, gerando como resultado, a discrepância entre o país “oficial” e o país “real”.

Considerando tal visão incompleta, defendo que não podemos deixar de lado as interpretações das mazelas sociais oferecidas por Oliveira Vianna, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Joaquim Nabuco, discordantes nesses pontos de Faoro e Tavares Bastos. Com isso, precisamos observar também o lado das relações sociais como de grande relevância analítica e não somente o lado das instituições.

Sob esse ponto de vista e em contraposição a leitura faoriana, Oliveira Vianna defendia que a formação da sociedade brasileira estaria fortemente

vinculada ao processo de dispersão da população por grandes domínios rurais, os quais possuíam considerável autonomia. Em virtude da dispersão dos grandes domínios rurais pelo nosso vasto território, estes produziram uma complexa organização responsável pela produção de quase todos os produtos dos quais necessitavam suas populações. Nos grandes latifúndios agrícolas, argumenta, só os grandes senhorios rurais existem, de modo que fora deles tudo é rudimentar, informe e fragmentário. São os grandes domínios como que focos solares: vilas, indústrias, comércio, tudo se ofusca diante de sua claridade poderosa.

Desse modo, não permitem o surgimento nem de uma classe comercial, nem industrial e nem de corporações urbanas, ou seja, não há liberdade econômica e impera o exclusivismo agrário. Deste fator simplificador dos grandes domínios rurais surge, ainda, o domínio dos caudilhos locais, fruto da fraqueza do “público” no engendramento de instituições tutelares. E o tipo de solidariedade possível neste âmbito era apenas a das parentelas, fazendo com que a dominação pessoal fosse um produto central neste processo.

Seguindo a tese de Oliveira Vianna, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974), com base em pesquisa referente ao Brasil Imperial do século XIX, mais especificamente a respeito da civilização do café do Vale do Paraíba, a centralização engendrada pela Coroa portuguesa no Brasil teve modestas proporções, haja vista o processo de dispersão da população pelo vasto território. Sublinha Maria Sylvia que o território era excessivamente vasto para os recursos da Coroa portuguesa, o que fazia com que esta tivesse de recorrer sempre à iniciativa privada para agir na colônia. Com isso, a presença do “público” não conseguiu se expandir e dominar todo o território de maneira que o Estado estivesse acima da nação, como afirma Raymundo Faoro. Pelo contrário, até mesmo o aparecimento dos homens livre dentro da ordem escravocrata (vendeiros, tropeiros, sitiante, agregados, camaradas) foi resultado do igual processo gerador do escravo, estando estes vinculados, portanto, à estrutura escravocrata formadora da sociedade brasileira de então.

Conflui o argumento de Maria Sylvia para o de Oliveira Viana no sentido de que o patrimonialismo não teria sido, portanto, resultante do peso sufocante do estamento burocrático, uma vez que não havia condições na elite e na burocracia para constituírem um estamento. Ainda de acordo com Maria Sylvia,

em associação a pobreza dos recursos públicos e ao uso do aparelhamento público como propriedade privada, a dominação pessoal se mostrou um fator fundamental para impedimento da implantação do modelo racional-legal estatuído formalmente pelo Estado, na medida em que modelou a consciência e a atuação dos grupos dominantes.

Por fim, a escravidão também é questão fundamental na história brasileira, e continuou a sê-lo no Segundo Reinado. Nesse ponto, o argumento de Nabuco não pode ser descartado. A mão-de-obra africana havia sido requerida para o trabalho nos canaviais de açúcar, posteriormente nas minas de ouro e, em seguida, para sustentar o ciclo do café, que assistiria ao fim da escravidão e a inserção do trabalho livre nos cafezais. A escravidão foi definitiva no funcionamento econômico da sociedade brasileira durante os três séculos de sua vigência, e foi além, definindo toda a estrutura da sociedade, afetando o caráter, o temperamento e a moral da população, proporcionando inclusive a instalação de uma sociedade aos moldes feudais no interior, argumento este que está em oposição à posição de Faoro.

Como argumenta em *O Abolicionismo* (2003), acabar com a escravidão era necessário para desenvolver o país estruturalmente, econômica e moralmente, pois ali residia grande parte das mazelas do Brasil. Diante do atraso brasileiro, entendia que a causa abolicionista era fator urgente para o começo do desenvolvimento nacional e sua modernização, principalmente em relação à Europa da época. No campo, a escravidão provocava dependência, miséria, ignorância e sujeição ao arbítrio dos fazendeiros locais. Além disso, acabava com a possibilidade de criação de centros locais e de vida municipal em virtude de organização nômade da população que estava sempre gravitando em torno da Corte.

Aliado aos grandes latifúndios e a dominação pessoal, o sistema escravocrata também impedia a livre iniciativa e o avanço do trabalho livre, mantendo uma sociedade fortemente preconceituosa em relação aos negros – parte importante e numérica da sociedade -, cuja imagem ficava presa ao trabalho exploratório e a servidão rural. A escravidão e o preconceito racial daí decorrente é mais um exemplo de fenômeno fundamental para a compreensão da realidade brasileira que não pode ser explicado somente a partir da nossa

geometria institucional, mas levando-se em conta variados fatores de ordem social e econômica.

Tendo em vista esses elementos, concluímos essa parte do nosso argumento defendendo que o atraso do país no momento do Segundo Reinado passa por uma sociologia das relações sociais, tais como Oliveira Vianna, Maria Sylvia Franco e Joaquim Nabuco fazem em relação ao exclusivismo agrário, a dominação pessoal e a escravidão, chamando a atenção crítica para a fragilidade do enfoque faoriano, excessivamente preso a observância do peso do Estado e das instituições junto à problemática brasileira da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Faoro *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*, que procurou analisar um período de cinquenta anos, de 1840 a 1890, retrata um período de grande vibração econômica, da definitiva ascendência do café, da criação dos bancos, das primeiras tentativas industriais, da extinção do tráfico, da abolição e do emprego de mão-de-obra livre nos campos e nas cidades. As bases do Segundo Reinado acabariam profundamente modificadas em termos sociais e políticas com a proclamação da República. Agora, não seria mais o domínio do estamento aristocrático a prevalecer, mas sim o militar, o qual teria total proeminência no país até a instituição do sistema oligárquico.

A questão é que Raymundo Faoro, ao se fixar no caráter tradicional do estamento burocrático, acaba não observando com o devido cuidado o processo de profundas mudanças em termos modernos que ocorria durante o Segundo Reinado, com o surgimento de nossos agentes com bases psicossociais e socioculturais bastante modernas. Segundo Florestan Fernandes (2006) nosso processo de diferenciação social dava-se de maneira estrutural, tendo como base fatores políticos e psicoculturais, fazendo com que fossem difundidos entre nós atitudes, avaliações e comportamentos típicos do espírito do capitalismo. Com isso, entende que houve entre nós as condições econômicas, jurídicas e políticas para a plena instituição do capitalismo. Contudo, possuíamos implicações psicossociais e *socioculturais* de profundo impacto na nossa sociedade, o que nos fornece importantes subsídios para afirmar que é indevida a caracterização feita por Faoro da sociedade brasileira

do Segundo Reinado, com todas as modificações fundamentais pelas quais ela passava, como algo simulado, de fachada, dominado pelo elemento tradicional.

Tese que melhor reflete o que queremos dizer é a “revolução passiva”, de Werneck Vianna (2004). Aqui o autor argumenta que a chegada da família real ao Brasil representou o início da “revolução passiva” entre nós, processo que caracteriza nossa história pelas mudanças moleculares, partindo do centro, mas sem tocar profundamente em nossos grandes dilemas como o exclusivismo agrário. Em decorrência disso, este processo se caracteriza pelo reiterado “conservar-mudando”.

Nesse sentido, nosso processo de formação social acabou marcado pelo surgimento de grandes domínios rurais que, aliados à escravidão, tiveram peso fundamental no desenho de uma sociedade autoritária no dizer de Oliveira Vianna. Estes elementos estiveram fortemente ligados na formação de enorme contingente de miseráveis que estiveram social, política, econômica e moralmente excluídos de uma série de direitos reservados a uma pequena elite, presos a um duro processo de dominação pessoal. Assim, o Estado moderno, pelo seu liberalismo, era derruído duramente pelo territorialismo e pelo patrimonialismo gerados pelo exclusivismo agrário (Werneck Vianna, 2004).

Por fim, devemos dizer que nem as mudanças sociais evidenciadas no Segundo Reinado eram de fachada nem o estamento político e burocrático tampouco existiu como afirma Raymundo Faoro. Com isso, ressaltamos o que enunciamos no início do trabalho a respeito da difícil convivência entre o “público” e o “privado”, de modo que a dimensão do “público” sempre possuiu grande importância entre nós ao contrário do que destacou Faoro, a despeito da enorme relevância da sua obra para o diálogo acerca da interpretação do Brasil. São maneiras de se interpretar o Brasil que promovem antinomias no pensamento social e político, mas sem os quais não entenderíamos as razões do nosso passado e o porquê de sermos o que atualmente somos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.

- BOSI, Alfredo. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. In: Estudos Avançados, vol.18, n. 51, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a22v1851.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.
- CAMPANTE, Rubens Goyatá. *O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira*. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, n.1, vol. 46. Rio de Janeiro: 2003, pp. 153 a 193.
- COMPARATO, Fabio Konder. *Raymundo Faoro historiador*. In: Estudos Avançados, vol. 17, n. 48. São Paulo: Maio/Agosto, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200024>. Acesso em:15 set. 2009.
- DA ROCHA. Justiniano. Ação, reação, transação. In: JUNIOR, R. Magalhães., Três panfletários do Segundo Reinado. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1943.
- FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: A Pirâmide e o Trapézio*. 4.ed. São Paulo: Globo, 2001.
- _____. *Os Donos de Poder – Formação do patronato político brasileiro*. v.1, 10.ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.
- _____. *Os Donos de Poder – Formação do patronato político brasileiro*. v.2, 10.ed. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. São Paulo, Editora Globo, 2006.
- FILHO, Eliardo França Teles; HORBACH, Carlos Bastide. O Informante: a função administrativa no ensaio do Visconde do Uruguai. In: Uniceub – Revista do Mestrado. Disponível em: <<http://www.uniceub.br/revistamestrado/vol3-2/pdf/eliardo.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 21. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria José Olympio Editora, 1981.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- REALE, Miguel. José Antonio Pimenta Bueno - Marquês de São Vicente. Disponível em: <<http://www.flc.org.br/personalidades/texto006.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.
- SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, n.2, vol. 46. Rio de Janeiro: pp. 207 a 213.
- TAVARES BASTOS, Aureliano C. *A Província*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, número 105, 1975.
- VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- VISCONDE DO URUGUAI. “Ensaio sobre o Direito Administrativo”, In J. Murilo de Carvalho (org), Visconde do Uruguai. São Paulo, Editora 34, 2002.
- WERNECK VIANNA, Luiz Jorge. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.